A APRENDIZAGEM DO ALUNO DEFICIENTE INTELECTUAL

TALITA BRUNA DE SOUZA LEÃO

RESUMO

Este estudo justifica-se por valorizar a relevância de incentivar o estudo da deficiência intelectual, visando promover a inclusão de crianças deficientes no ambiente escolar, compreendendo seu desenvolvimento e aprendizagem, tomando como ponto de discussão a história da Inclusão no mundo e no Brasil, as especificidades da deficiência intelectual, as leis que amparam a inclusão, o desenvolvimento da criança deficiente e o papel da escola nesse processo.

Palavras-chave: Deficiência Intelectual; Inclusão; Desenvolvimento; Aprendizagem.

1. INTRODUÇÃO

A inclusão escolar é um tema bastante discutido atualmente. Sabendo que a educação é um direito garantido à todos, faz-se necessário que os professores e profissionais que atuam na área da educação estejam preparados para atender as mais diversas demandas em sala de aula.

É necessário conscientizar-se de que a escola receberá alunos com necessidades diferentes e deverá se mobilizar para eliminar as barreiras que impedem o acesso, permanência e participação do educando na escola. No caso de alunos com deficiência física, podemos dizer que eliminar essas barreiras pode ser mais simples, visto que normalmente são barreiras físicas, como falta de rampas e elevadores, corrimãos, ou de materiais adequados para uso escolar, no entanto, para o atendimento à alunos com deficiência intelectual é necessário investir em profissionais competentes, estudos de caso e capacitação, para que a passagem desse aluno pela escola seja eficaz e não superficial, apenas de aparência. Todos os alunos devem ter acesso à aprendizagem e não apenas ao espaço físico da escola.

2. HISTÓRIA DA INCLUSÃO

A inclusão social e escolar de pessoas deficientes passou por muitas fases antes de conquistar a garantia de direitos e seu espaço na sociedade. Durante muito tempo qualquer pessoa que nascesse com alguma característica física diferente do considerado comum, com uma aparência distinta, era confinado à uma condição inferior e consequentemente excluído da sociedade.

Na idade média, prevalecia a religião, o divino. A igreja influenciava o modo de pensar e o comportamento da época. Qualquer diferença, física, sensorial ou motora era considerada como algo maligno. Desta forma, pessoas com qualquer diferença, seriam submetidas à Santa Inquisição, excluídas e marginalizadas.

No período medieval ainda, começaram a surgir algumas instituições de caridade com intuito de prestar assistência à esse público. A família não era responsabilizada pela pessoa deficiente, sendo considerado até mesmo vergonhoso ser associado como familiar. Desta forma, a família abandonava o deficiente em instituições de caridade, sendo submetidas ao isolamento social, internadas em hospitais para doenças mentais, mais conhecidos como manicômios.

No começo século XIX, ainda não havia a intenção de integrar pessoas com deficiência na sociedade, porém foi quando despertou uma maior reflexão a respeito da responsabilidade da sociedade com essas pessoas.

Nesse período, a sociedade passou a reconhecer a necessidade de uma atenção especializada às pessoas com deficiência, não apenas em abrigos e hospitais, estabeleceu-se o pensamento de "que eles na verdade não precisavam tanto de hospitais de caridade ou de casas de saúde, mas de organizações separadas, o que tornaria seu cuidado e seu atendimento mais racional e menos dispendioso" (SILVA, 2009). Apesar disso, a internação das pessoas com deficiência com o propósito de tratamento de suas doenças, continuou sendo uma forma de exclusão e marginalização dessas pessoas.

Na segunda metade do século XIX, se estabeleceu um maior reconhecimento da pessoa com deficiência, a partir da visão do potencial para o trabalho, ideia que foi reforçada a partir da determinação de Napoleão Bonaparte ao exigir "de seus generais que olhassem os seus soldados feridos ou mutilados como elementos potencialmente úteis, tão logo tivessem seus ferimentos curados" (SILVA, 2009)

Apenas no início do século XX que impulsionou-se um movimento em busca de encontrar soluções mais plausíveis para o atendimento, proteção e inserção da pessoa com deficiência na sociedade.

2.1 HISTÓRIA DA INCLUSÃO NO BRASIL

No Brasil houve um maior avanço das pesquisas médicas e o interesse da área de educação especial apenas no século XIX, inicia-se então, um interesse maior em estudos multidisciplinares e interdisciplinares nas

áreas da psicologia, educação e filosofia com intuito de inserir socialmente pessoas deficientes.

No século XX, aconteceram as primeiras mudanças com relação ao cuidar, educar indivíduos que precisavam de ajuda especializada. iniciaram-se os investimentos em escolas, institutos existentes até a atualidade, tidos como referência.

2.2 Legislação

A Educação Especial está fundamentada na Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Os capítulos que a amparam são o Capítulo II – Da União em seu Art. 23 que afirma que "É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: [...] II. cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;

Em seu artigo 205, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho e em seu Art. 208, dispõe que o dever do estado com a educação em garantir o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, prioritariamente na rede regular de ensino.

O Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, em seu Art. 54 assegura à criança e ao adolescente portador de deficiência o atendimento educacional especializado preferencialmente na rede regular de ensino.

Outros instrumentos relevantes para a educação especial são: A Declaração Mundial sobre a Educação para Todos em 1990 e a Declaração de Salamanca em 1994.

A Declaração de Salamanca é o marco inicial para a criação de políticas de educação inclusiva federais, estaduais e municipais. Nela é defendido que o governo dê prioridade política e financeira para o aperfeiçoamento dos sistemas educacionais, para que estes se tornem inclusivos e aptos a atender todas as crianças, independente de suas dificuldades.

No Brasil, a política de educação inclusiva foi introduzida através da Política Nacional de Educação Especial (PNEE). O objetivo da Política Nacional de Educação Especial é criar condições para que as pessoas com necessidades educacionais específicas tenham suas potencialidades desenvolvidas.

[...] assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. (BRASIL, 2008, p.14).

Desde 1961, o Brasil assegura a educação de alunos deficientes na rede regular de ensino, de acordo também com o que é defendido pela Declaração de Salamanca (1994). Foi aprovada em 2001, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, que recomenda que a educação especial deve nas escolas privadas e públicas da rede regular de ensino. Em 2003, o Ministério da Educação criou o "Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade", que preconiza disseminar a política de educação inclusiva e apoiar a formação de gestores e educadores para possibilitar a transformação de unidades educativas em unidades inclusivas.

3. Deficiência intelectual

Antigamente conhecida como deficiência mental, deficiência intelectual é a nomenclatura usada atualmente, termo que foi aprovado em agosto de 2006, na

Convenção Internacional de Direitos Humanos das Pessoas com Deficiência da Organização das Nações Unidas (ONU).

A deficiência intelectual não é considerada uma doença ou um transtorno psiquiátrico e sim um ou mais fatores que causam um prejuízo das funções cognitivas que acompanham o desenvolvimento diferente do cérebro, sendo caracterizada por um funcionamento intelectual que não corresponde à média esperada, ou seja, um funcionamento intelectual abaixo do que é considerado normal, relacionado à limitações no funcionamento adaptativo.

O funcionamento intelectual pode ser compreendido como habilidades de pensamento abstrato, planejamento, resolução de problemas, compreensão de ideias complexas, rapidez de aprendizagem e aprendizagem por experiência. O funcionamento adaptativo diz respeito a habilidades cognitivas e comunicativas, competências sociais, e exercício da autonomia. Pessoas com deficiência intelectual costumam apresentar dificuldades em estabelecer relações sociais, compreender ideias abstratas, como por exemplo metáforas ou realizar atividades diárias de autocuidado.

As causas da deficiência intelectual podem estar relacionadas à fatores genéticos, fatores de risco durante a gestação, ou período pré-natal e fatores ambientais, referente à influências negativas no ambiente, como doenças que podem modificar o desenvolvimento embrionário ocasionando má formações, e fatores perinatais, que se refere ao momento do nascimento ou após, durante o atendimento materno-infantil.

3.1 O desenvolvimento de alunos com deficiência intelectual

Durante muito tempo, crianças com qualquer tipo de deficiência foram excluídas da escola, sendo que crianças com deficiência intelectual eram consideradas incapazes de aprender. Ao longo dos anos, a partir de pesquisas e estudos na área, esses conceitos mudaram. Atualmente temos a legislação que garante a todos os alunos o direto ao acesso e permanência na escola.

O conceito de inclusão não propõe apenas o acesso do aluno ao espaço físico da escola, prevê também a acessibilidade, ou seja, eliminar as barreiras e obstáculos que impedem a participação plena de todos no processo de aprendizagem.

Para garantir que uma criança deficiente intelectual tenha um desenvolvimento escolar garantido, devemos eliminar o conceito de que o estudante deficiente é incapaz de aprender. Devemos partir do pressuposto de que todos são diferentes, sendo a diferença valorizada e respeitada, sendo a escola o espaço onde os conhecimentos e capacidades da criança serão valorizados e desenvolvidos.

Em seus estudos Vigotsky, evidenciava a importância da experiência no processo de aprendizagem e desenvolvimento, o que é valido para todas as crianças, incluindo alunos com deficiência intelectual, "todas as crianças podem aprender e se desenvolver... As mais sérias deficiências podem ser compensadas com ensino apropriado, pois, o aprendizado adequadamente organizado resulta em desenvolvimento mental" (VIGOTSKI, 1989).

Vigotsky defendia que o desenvolvimento do ser humano acontece por meio das relações sociais constituídas ao longo do tempo. Desta forma, entende-se que o aluno já possui aprendizagens ao chegar à escola, sendo que esta, possibilitará novas aprendizagens. Validamos assim, a essencial articulação entre escola e família, visto que se apresenta como uma possibilidade para a escola se apropriar das aprendizagens já adquiridas pelo aluno.

Fundamentado no conhecimento prévio trazido pelo aluno e adquirido por meio de suas relações sociais, o professor conseguirá analisar o nível de desenvolvimento do aluno e assim será capaz de planejar suas ações visando expandir os conhecimentos do aluno.

Cabe a escola garantir condições para a redução das desigualdades, reconhecendo que todos são capazes de aprender destacando que qualquer aluno pode apresentar dificuldades de aprendizagem.

[...] a distância entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar através da solução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros capazes (VYGOTSKY, 2001, p. 97).

É preciso um olhar atento por parte da equipe pedagógica tendo como objetivo proporcionar os estímulos necessários.

O desenvolvimento será construído por meio da interação, inicialmente a criança necessitará de apoio, ao longo do tempo esse apoio será abreviado até que a criança seja capaz de realizar a tarefa sem auxílio algum.

O professor será responsável por mediar o processo de aprendizagem, devendo estar consciente de que cada criança aprende de uma maneira diferente, respeitando os limites, o tempo e as dificuldades de cada criança.

3.2 A aprendizagem

Partindo do pressuposto de que a escola deve ser um lugar plural e democrático, que recebe uma imensa diversidade de saberes, e que deve proporcionar o reconhecimento e a valorização das diferenças. Desta forma também a educação inclusiva é fundamentada no respeito e na diversidade. É imprescindível que as estruturas educacionais admitam as diferenças e a diversidade e se adaptem à elas, reafirmando a heterogeneidade da sociedade.

A teoria das inteligências múltiplas, desenvolvida pelo psicólogo norte-americano, Howard Gardner, que depois de muita pesquisa, concluiu que o cérebro humano apresenta oito tipos de inteligências, sendo que grande parte das pessoas possuem uma ou duas desenvolvidas. Inicialmente, apresentou sete tipos de inteligência, que destacaremos abaixo:

1. Lógico-matemática trata-se capacidade de realizar operações numéricas e habilidade para raciocínio lógico-dedutivo.

2. Linguística diz respeito a habilidade de aprender idiomas e utilizar de forma criativa as palavras na expressão oral e escrita.

3. Espacial: disposição para relacionar padrões, reconhecer similaridades e manipular formas espaciais

4. Corporal Cinestésica: potencial para usar o corpo com o fim de resolver problemas ou fabricar produtos. Envolve o autocontrole corporal.

5. Interpessoal: capacidade de compreender as intenções e os vontades de outras pessoas. Apresenta facilidade em se relacionar bem em sociedade.

6. Intrapessoal: inclinação da pessoa para se autoconhecer. Administrar sentimentos e emoções.

7. Musical: aptidão para reconhecer melodias, apreciar e compor padrões musicais.

Posteriormente, acrescentou a lista a inteligência Naturalista, que diz respeito a sensibilidade da pessoa para se relacionar com o meio ambiente, reconhecer e classificar espécies da natureza.

Gardner afirma que essas inteligências podem ser determinadas pela genética, onde a pessoa já nasce com essa inteligência, ou podem ser desenvolvidas a partir de experiências vividas. Podemos concluir, que os estímulos e o ambiente social são de extrema importância no desenvolvimento de de determinadas inteligências.

As pesquisas e a teoria de Gardner, contribuíram para uma reflexão a respeito da maneira de ensinar e entender a capacidade de cada aluno. Um aluno com deficiência intelectual, por exemplo, pode apresentar uma lesão ou disfunção parcial do cérebro, que pode ter como consequência a perda de ações relacionadas a uma ou mais inteligências específicas à área do cérebro atingida, porém não a todas. No geral, todas as pessoas podem possuir uma inteligência mais desenvolvida que outras, da mesma forma, a criança com deficiência intelectual.

A escola deve se apresentar como o ambiente onde essas inteligências serão estimuladas e desenvolvidas. A teoria de Gardner, pode funcionar como um instrumento para a capacitação de professores no trabalho com deficiências, possibilitando que esses reconheçam nas crianças inteligências a serem desenvolvidas, visando as possibilidades e não apenas as limitações.

Nessa perspectiva, o pensamento de Gardner nos permite refletir a respeito de uma prática pedagógica inclusiva se baseando na teoria das inteligências múltiplas, apropriando-se do conceito de que todos possuem habilidades, sendo que cada um desenvolverá mais uma habilidade específica em detrimento de outras. Porém todas devem ser valorizadas e desenvolvidas. Cabe ao professor auxiliar nesse processo, incentivando o aluno e proporcionando novas vivências, experiências diferenciadas que promovam e estimulem a aprendizagem, assegurando o aproveitamento máximo do potencial do aluno.

A educação inclusiva não pode valorizar apenas um tipo de inteligência. É necessário um olhar apurado, cuidadoso, capaz de identificar as capacidades, valorizando os conhecimentos e experiências trazidos pelo aluno. Portanto é importante que o professor aprenda as diferenças e a diversidade, estando consciente de que existem diversas inteligências, e que todas devem ser valorizadas e desenvolvidas.

Reafirmamos assim o papel do professor incentivando e proporcionando ao aluno um ambiente que possibilite interação do aluno com meio, construindo relações sociais que promovam sua aprendizagem e o desenvolvimento de suas potencialidades.

4. EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A inclusão é um movimento mundial que combate a exclusão e luta pelos direitos, buscando qualidade de vida para todas as pessoas com ou sem deficiência, apesar, de normalmente, o termo ser associado à inclusão de pessoas com deficiência.

A inclusão escolar refere-se a garantia de acesso à educação, de forma igualitária a todas as pessoas, não sendo tolerado nenhum tipo de discriminação, preconceito ou exclusão, acolhendo a todos independente de cor, classe social, condições físicas ou psicológicas.

A partir da Declaração de Salamanca, surgiu o conceito de educação Inclusiva, que tem como propósito garantir o direto de todos à educação, onde alunos com qualquer tipo de deficiência ou transtorno são incluídos nas escolas. Com base na Declaração de Salamanca foram criadas legislações visando garantir a a toda diversidade de aluno o acesso à uma educação que respeita as diferenças, possibilitando também novas pesquisas e reflexões a respeito do conceito de educação inclusiva.

Segundo Sassaki:

Educação inclusiva é o conjunto de princípios e procedimentos implementados pelos sistemas de ensino para adequar a realidade das escolas à realidade do alunado que, por sua vez, deve representar toda a diversidade humana. Nenhum tipo de aluno poderá ser rejeitado pelas escolas. As escolas passam a ser chamadas inclusivas no momento em que decidem aprender com os alunos o que deve ser eliminado, modificado, substituído ou acrescentado nas seis áreas de acessibilidade, a fim de que cada aluno possa aprender pelo seu estilo de aprendizagem e com o uso de todas as suas múltiplas inteligências (SASSAKI, 2003, p.15).

Uma escola inclusiva é uma condição necessária para uma sociedade inclusiva, desta forma, trata-se de uma proposta à diversidade que traz benefícios a todos. O aluno deficiente é acolhido pela escola, desenvolve suas habilidades e é preparado para a vida em sociedade, do outro lado, os demais alunos têm a oportunidade de conviver com as diferenças aprendendo a respeitá-las, combatendo o preconceito de forma natural, por meio da convivência.

Além de toda legislação que garante uma educação inclusiva, deve-se ressaltar que é fundamental uma reflexão profunda sobre as modificações necessárias no sistema de ensino para que isso ocorra efetivamente. A inclusão depende de uma mudança de valores da sociedade e da escola. Torna-se indispensável extinguir o pensamento de homogeneidade e estabelecer uma valorização da diversidade.

Outro aspecto a ser considerado é o papel do professor nesse processo. A discussão e estudo a respeito de como efetivar a inclusão é necessária, além da reflexão sobre práticas, atitudes e inclusão de valores que impulsionem o respeito as diferenças. O professor é o mediador desse processo e sua prática deve ser pensada visando garantir oportunidades a todos.

4.1 O Papel da Escola

O ambiente escolar deve se apresentar com um espaço que acolhe a heterogeneidade, que reconhece que seus alunos possuem variadas realidades, que respeita e valoriza suas diferenças.

É necessário que a escola se responsabilize por acolher e desenvolver práticas inclusivas capazes de garantir que todos participem do processo educacional escolar. Para isso, é importante uma reflexão sobre as necessidades educacionais especiais do aluno deficiente, visando garantir as condições que permitam atender a tais necessidades assegurando assim, a participação de todos no processo educacional.

A educação inclusiva passou a estabelecer um novo olhar sobre as diferenças e, a partir dessa visão, altera-se a posição das pessoas com necessidades educacionais especiais nos sistemas educacionais, em que o sujeito não se reduz à condição da deficiência e da incapacidade, mas, ao contrário, o fazer pedagógico é estabelecido a partir das capacidades e potencialidades que cada indivíduo tem de aprender e participar (DUTRA, 2006).

A educação inclusiva não visa apenas garantir que os alunos estejam inseridos na escola, tendo suas necessidades ignoradas, sem participar do que acontece na escola. O aluno deve estar inserido e participar do processo educativo, considerando suas dificuldades e potencialidades.

Não pode-se negar o fato de que são necessárias melhorias na qualidade do atendimento, que pode ser garantido por meio de investimentos em pesquisas e formação de profissionais, é importante que haja uma consciência de que quando se trata do atendimento à alunos com necessidades educacionais especiais não existem alunos iguais ou necessidades idênticas, assim como os demais alunos, alunos deficientes são diferentes, apresentam suas peculiaridades e necessitam de atendimentos específicos, desta forma a maneira mais eficiente de melhorar a qualidade da educação é por meio de orientação e capacitação de professores.

A questão sobre qual é a melhor forma de educar crianças e jovens com necessidades educacionais especiais não tem resposta ou receita pronta. Na atualidade, as propostas variam desde a ideia da inclusão total – posição que defende que todos os alunos devem ser educados apenas e só na classe da escola regular – até a ideia de que a diversidade de características implica a existência e manutenção de um contínuo de serviços e de uma diversidade de opções (MENDES, 2006, p. 396)

A escola deve envolver toda a equipe escolar no processo de inclusão, propondo uma ação conjunta que impulsione em seus alunos, independente de suas limitações, o desenvolvimento de suas potencialidades, pois somente assim será consolidado o processo de inclusão e efetivado o ensino e a aprendizagem, culminando em um espaço sem preconceitos e tolerante que valoriza a individualidade de cada um.

É essencial salientar que o processo escolar deve valorizar a diversidade e que apesar de se tratar de uma tarefa complexa, essa realidade não pode ser alterada. A Inclusão apresenta-se como um desafio, porém um desafio possível e atingível. Muitas barreiras já foram superadas, porém ainda existem muitas que se tornam obstáculo à inclusão.

A escola terá de adaptar-se a todas as crianças, ou melhor, à variedade humana. Como instituição social, não poderá continuar a agir no sentido inverso, rejeitando, escorraçando ou segregando "aqueles que não aprendem como os outros", sob a pena de negar a si própria. Não se pode continuar a defender que tem de ser a criança a adaptar-se às exigências escolares, mas sim o contrário. Efetivamente, a escola, ou melhor, o sistema de ensino, não pode persistir excluindo sistematicamente as crianças deficientes, estigmatizando-as com a desgraça, rotulando-as com uma doença incurável ou marcando-as com um sinal de inferioridade permanente (FONSECA, 1995, p. 202).

Dessa forma, segundo Silva (2006) a Educação Inclusiva é fundamentada no res-

peito e na diversidade que se converte em alternativas para que os sistemas educacionais possam eliminar as mais diversas formas de exclusão educacional. É primordial que as estruturas educacionais, em conjunto com a sociedade aceite e abrace as diferenças existentes entre as pessoas, visto que a diversidade e a heterogeneidade sempre existirão independente da presença dos alunos com necessidades educacionais específicas.

A escola é a instância privilegiada para adquirir instrumentos necessários para a aprendizagem significativa de todos os alunos independente de suas dificuldades e potencialidades.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho e tendo por base os estudos e análises realizadas, foi observado o percurso histórico da inclusão e no mundo, destacando a visão de autores muito relevantes que diziam algo a respeito da importância de estudos e pesquisa a respeito da deficiência intelectual criando assim possibilidades de reafirmar a importância da inclusão, ampliando assim o acesso de todos à escola.

Foi apresentada uma breve síntese da história da inclusão no mundo e no Brasil. Discorremos a respeito das principais legislações que amparam a inclusão escolar.

Por conseguinte, foram apresentadas algumas especificidades da deficiência intelectual, bem como suas possíveis causas, além das singularidades no desenvolvimento e a aprendizagem desses alunos.

Foram apontados caminhos que podem levar a escola a efetivar a inclusão que já é garantida pela legislação, promovendo assim uma sociedade inclusiva. Foram realizadas análises sobre a aprendizagem e desenvolvimento da criança com deficiência intelectual, ressaltando a importância da mediação pedagógica, do envolvimento da família e da interação entre a família e a escola.

As ideias aqui expressas são reflexões, não acabadas, mas com possibilidades, dentre muitas existentes de se pensar com mais atenção e cuidado na deficiência intelectual e na inclusão do aluno deficiente intelectual. Analisamos estudos e teorias de autores importantes na área da educação realizando conexões entre as teorias e o desenvolvimento do aluno deficiente intelectual. Refletimos a respeito da importância da interação social no processo de aprendizagem e desenvolvimento do ser humano, ressaltando assim a relevância da inserção do aluno deficiente no ambiente escolar.

Foi apontada, a importância do estímulo para o desenvolvimento da criança, sendo primordial que a escola seja responsável por oferecer esse estímulo, capacitando assim, seus professores para que estes desenvolvam seu trabalho respeitando o desenvolvimento e as necessidades do aluno.

Por fim, foi discutido o papel da escola, que deve se apresentar como um ambiente acolhedor, o papel do professor, que deve estar devidamente capacitado e consciente das potencialidades de cada aluno. Abordamos também o acompanhamento da família nesse processo, que será responsável por estimular o aluno, sendo que uma relação bem estruturada entre a família do aluno e a escola complementará esse processo.

6. REFERÊNCIAS

ARMSTRONG, T. Inteligências Múltiplas na sala de aula. Porto Alegre: Artmed, 2001.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Presidência da República, de 05 de outubro de 1988.

BRASIL. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação

Nacional. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. MEC, 1961

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 5.692, DE 11 de agosto de 1971.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. MEC, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Lei nº

7.853, de 24 de outubro de 1989. MEC, 1989.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

CAMBRUZZI, Rita de Cássia Silveira. Estimulação Essencial ao portador de

Surdez. Anais do III Congresso Ibero-Americano de Educação Especial, volume 3.

Foz do Iguaçu – PR: Qualidade, 1998. p. 86-90

CARVALHO R. E., A Nova LDB e a Edu-

cação Especial. São Paulo: WVA, 2007.

DUTRA, C. P. Políticas públicas de inclusão e o papel da educação especial. In: MANZINI, E. J. (Org.). Inclusão e acessibilidade. Marília: ABPEE, 2006.

FONSECA, Vítor da. Educação Especial: Programa de estimulação precoce - uma introdução às ideias de Feuerstein. Porto Alegre, Artes Médicas, 1995.

KLEBIS, Carlos Eduardo de Oliveira. Leitura e Envolvimento: A Escola, a

Biblioteca e o Professor na Construção das relações entre leitores e Livros. Campinas, Universidade Estadual de Campinas. Dissertação de Mestrado, 2006

MENDES, E. G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil.

Revista Brasileira de Educação, v. 11, n. 33, p. 387-405, 2006.

PEREIRA. Esther Cristina. Escola e família: uma parceria que dá certo. Curitiba: E. C. Pereira, 2004.

ROSS, Paulo Ricardo. Pressupostos da integração: Integração frente à realidade educacional. Anais do III Congresso Ibero-Americano de Educação Especial, volume 3. Foz do Iguaçu – PR: Qualidade, p. 239-43, 1998.